MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL: POSSIBILIDADES DE EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PRECAUTIONARY MEASURES IN THE PENAL PROCESSO: POSSIBILITIES OF EFFECTIVENESS OF THE DIGNITY OF HUMAN PERSON AS LIGHT OF THE FEDERAL CONSTITUTION OF 1988

Mayara Pellenz¹
Samara Walzburger²

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar os principais aspectos da reforma processual ocorrida no Código de Processo Penal, com o advento da Lei 12.403 em maio de 2011. A citada lei traz como novidade a possibilidade do suspeito/preso cumprir medida cautelar/pena durante a investigação/cumprimento de pena de forma diversa do recolhimento a estabelecimento prisional, garantindo a dignidade da pessoa humana. A persecução penal e a execução penal não terão prejuízos se o suspeito continuar no convívio da família, realizando atividade laboral, prestando esclarecimentos em juízo, proibido de ausentar-se da comarca, fazendo uso do monitoramento eletrônico, e outras medidas, sem sofrer o estigma de estar privado de sua liberdade. A reforma processual estudada aqui se mostra eficiente e de grande valia, à medida que permite ao magistrado conceder medidas que minimizam as mazelas do cárcere para o suspeito/condenado e sua família, bem como auxiliam no problema da superlotação carcerária desafogando o sistema prisional como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade da pessoa humana. Medida cautelar. Prisão.

ABSTRACT: This research has as objective to analyze the main aspects of the occurred procedural reform in the Code of criminal procedure, with the advent of Law 12.403 in May of 2011. This law brings as newness the possibility of the imprisoned suspected one/to fulfill writ of prevention/penalty during the inquiry/fulfilment of penalty of diverse form of the collect the prisional establishment, guaranteeing the dignity of the person human being. The criminal persecution and the criminal execution will not have damages if the suspected one to continue in the conviviality of the family, carrying through labor

¹ Mestre em Direito pela Faculdade Meridional - IMED. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Meridional - IMED. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Ética, Cidadania e Sustentabilidade; Direitos Culturais e Pluralismo Jurídico; e Direito Empresarial e Sustentabilidade. Docente do Curso de Direito da Faculdade UNISOCIESC em Blumenau, SC. Docente da Pós Graduação em Direito da Faculdade Avantis, Balneário Camboriú (SC) e da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (SC). Advogada. E-mail: maypellenz@hotmail.com.

² Acadêmica de Direito na Faculdade UNISOCIESC em Blumenau, SC. Bolsista institucional do Grupo de Pesquisa: Direito Empresarial e Sustentabilidade. Estagiária no Escritório Deusdith Junior Advogados Associados. E-mail: samara_walzburger@live.com.

activity, giving clarifications in judgment, forbidden to absent of the judicial district, being made use of the electronic monitoramento, and other measures, without suffering the stigma to be private of its freedom. The procedural reform studied here if shows efficient and of great value, to the measure that the magistrate allows to grant measured that they minimize mazelas of the jail for the suspected one/condemned and its family, as well as assists in the problem of the jail supercapacity disencumbering the prisional system as a whole.

KEY-WORDS: Dignity of Human Person. Precautionary Measures. Prison.

INTRODUÇÃO

Já há muitos anos, o Código de Processo Penal vem sendo alvo de discussões acerca do seu conteúdo, que se tornou, através dos tempos, inviável para muitas situações. A lei processual penal vigente hoje é de 1942 (com aprovação do texto legal no ano de 1941). Em situação semelhante está o Código Penal brasileiro, que atualmente já se encontra defasado.

A evolução da sociedade, o advento da tecnologia, o encurtamento das distâncias, o contingente populacional, as novas relações sociais e familiares, o consumismo, a modernização de instrumentos para o crime, o mundo virtual, a proliferação de grandes centros, favelas e empresas, o problema das periferias, o desemprego e a falta de qualificação dos menos favorecidos são alguns dos fatores que contribuem para o abismo encontrado entre o que está disposto em lei e o que, efetivamente, acontece na realidade das ruas. O diploma está, por certo, ultrapassado e distante dos fenômenos sociais, sendo que, na esfera processual penal, essas discrepâncias se tornaram mais evidentes.

A mídia em geral informa, a todo o momento, o caos na segurança pública do Brasil, a superlotação dos estabelecimentos prisionais, a falta de estrutura para a prevenção e a persecução penal, e, até mesmo, o julgamento de ilícitos penais. O problema da violência desenfreada é também uma questão a ser enfrentada, pois até mesmo nas mais longínquas e tranquilas localidades, observa-se a incidência de acontecimentos violentos que parece não cessar. Há, também, a questão das fronteiras do país, que, apesar de permanentemente monitoradas, são o principal acesso para entrada de drogas, demais entorpecentes e armamentos, ou seja, “produtos” que abastecem as organizações criminosas e contribuem para o aumento da criminalidade, de homicídios, roubos e demais ilícitos penais.

Com esse paradigma instalado, os legisladores manifestam-se a sua maneira. Os microsistemas da Lei de Tortura, dos Crimes Hediondos, da Lei de Drogas são exemplos desta reação. Enquanto a reforma processual completa não se efetiva e o novo Código de Processo Penal não é promulgado, o clamor social impulsiona o Poder Legislativo a aprovar emendas e mais emendas ao Código de Processo Penal em vigor, a fim de contornar os problemas contemporâneos.

Nesta perspectiva, a Lei 12.403/11 não é novidade. Já há dez anos vem sendo debatido o referido projeto de lei, o qual tem por escopo, trazer alternativas às medidas cautelares de natureza pessoal, especialmente, em relação às prisões cautelares (prisão preventiva e prisão temporária). O projeto previa, inicialmente, o fim das prisões especiais, mas essa possibilidade não foi possível. Cabe lembrar que a prisão é, muitas vezes, imprescindível para a persecução penal, para a manutenção da ordem, para a proteção de provas e testemunhas, além de ser garantidora da aplicação da lei penal.

Uma das inovações trazidas pela Lei 12.403/11 é em relação ao instituto da fiança e da liberdade provisória, cabendo à primeira, agora, em situações concretas excepcionais. A promulgação da referida lei possibilita um freio à expansão da criminalidade, respeitando as premissas da lei penal, em ser compatível com os direitos e as garantias elencadas na Constituição Federal de 1988.

O grande questionamento é: são garantidoras de direitos fundamentais as reformas processuais penais trazidas pela Lei 12.403/11? Salienta-se que tal questionamento considera a perspectiva da medida cautelar, que pode ter por decisão a privação da liberdade do sujeito, ao lado de outras alternativas. Será que não é mais benéfico para o Estado que o sujeito cumpra medida cautelar diversa de prisão? Não é razoável que o sujeito possa ser destinatário da decisão judicial dessa natureza, mas de forma a não onerar o Estado, considerando os altos custos em se manter um preso no cárcere hoje? Como o acusado que é recolhido a estabelecimento prisional, a título de prisão cautelar, conseguirá reparar os prejuízos de toda ordem (psicológica, moral, econômica, social, familiar), sofridos durante o cumprimento da medida cautelar, caso reste provada sua inocência ao final do trâmite legal? E mais: durante o cumprimento de medida cautelar, os direitos fundamentais do acusado são respeitados dentro do cárcere, como ele se encontra no Brasil hoje? Para responder estes questionamentos, a pesquisa utilizará o método indutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica.

1 APONTAMENTOS SOBRE A LEI 12.403/11: UMA NOVA POSSIBILIDADE AO PROCESSO PENAL

A Lei 12.403 de 2011 foi aprovada com a finalidade de atender a necessidade de uma reforma processual penal pontual. O diploma legal no qual a questão está inserida, qual seja, o Código de Processo Penal brasileiro, entrou em vigor em 1942, e ao longo de todos esses anos, mostra-se incompatível com a realidade processual penal do Brasil. A Constituição Federal de 1988 preconiza o Estado Democrático de Direito, em que os cidadãos têm direitos e garantias individuais que não podem ser violados, tanto pelas normas de Direito positivo quanto pelos tratados internacionais de direitos humanos aos quais o Brasil é signatário. Contudo, diante do panorama distorcido entre realidade e legislação processual penal, faz-se imprescindível a reforma do Código de Processo Penal. Sob esta linha de pensamento, Bonfim destaca que:

[...] é senso comum que, no Brasil, as mudanças são obtidas muitas vezes à mercê de acontecimentos lamentáveis, dispensáveis, mas midiáticos, fazendo com que o *deus ex machina* da mídia e a população, a seu reboque, pressionem e cobrem a ação a deputados e senadores (2011, p. 15, grifo nosso).

Enquanto a promulgação do Código de Processo Penal, totalmente reformulado, não acontece, as reformas processuais são aprovadas com intuito de contornar situações emergentes. São medidas paliativas que buscam a melhora do andamento processual penal no Brasil, e que versam sobre assuntos distintos. Ou seja, não se trata de uma mudança do diploma legal como um todo, mas sim, de adequações legislativas capazes de adaptar os fatos do mundo da vida, na contemporaneidade, com aquilo que é disposto na Constituição, como direitos e garantias fundamentais do cidadão.

A Lei 12.403 de 2011 é um exemplo destas adaptações, versa sobre as medidas cautelares de natureza pessoal e a necessidade destas estarem em consonância com o disposto em Constituição Federal. Essa questão era, à época da promulgação da lei, uma necessidade imperiosa devido aos abusos ocorridos em relação à privação das liberdades dos suspeitos, antes mesmo de sentença penal condenatória com trânsito em julgado³. Diante da demora na formulação inteligente de um Código de Processo Penal ajustado

³ Ressalta-se que “em virtude da regra de tratamento, ninguém pode ser considerado culpado senão depois de sentença condenatória com trânsito em julgado. O princípio da presunção de inocência impede, portanto, qualquer antecipação de juízo condenatório ou de culpabilidade” (LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Niterói: Impetus, 2011. p. 1138).

com a realidade penal - o que será inevitável e imprescindível em curto prazo -, emendas periódicas são promulgadas sobre temas processuais penais diversos e pontuais. Sobre o tema, Lopes Junior adverte:

O problema das reformas pontuais, sem desmerecer a imensa qualidade do trabalho realizado pela comissão de juristas, é que elas geram inconsistência e incoerência sistêmica, transformando o CPP, cada vez mais, numa imensa colcha de retalhos. Basta ver que modificaram todos os procedimentos em 2008 e não tocaram no capítulo das nulidades... gerando graves paradoxos (2011, p. 1).

No que se refere às medidas cautelares de natureza pessoal, no âmbito processual penal, trata-se de um assunto que, desde janeiro de 2001, é discutido pelos legisladores em Brasília. Em síntese, pode-se dizer que oito projetos de lei, acerca do tema, foram apresentados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, a fim de aprimorar e racionalizar a prestação jurisdicional no âmbito processual penal. Essas propostas foram elaboradas por uma comissão especial formada pelos seguintes juristas: Ada Pellegrini Grinover, Petrônio Calmon Filho, Antônio Magalhães Gomes Filho, Antônio Scarance Fernandes, Luiz Flávio Gomes, Miguel Real Junior, Nilzardo Carneiro Leão, René Ariel Dotti, Rui Stoco, Rogério Lauria Tucci e Sidnei Benetti.

Em 2001, com a entrada em vigor da Lei 10.258, um passo importante foi conquistado a respeito das medidas cautelares em processo penal. A referida lei passou a prever que, não havendo estabelecimento específico para o preso especial, este deveria ser recolhido em cela distinta do mesmo estabelecimento, além de outras alterações que beneficiariam o suspeito, de modo a não ferir o princípio da Dignidade da pessoa humana⁴. No mesmo sentido, mais leis foram promulgadas. Cabe destacar a Lei 10.792/2003, que instituiu importantes modificações quanto ao interrogatório do acusado e as Leis 11.689/2008, 11.690/2008 e 11.719/2008, todas responsáveis por importantes alterações no âmbito do júri, e no que se refere às provas e ao procedimento comum, respectivamente.

⁴ Para o constitucionalista Luís Roberto Barroso, a dignidade humana representa superar a intolerância, a discriminação, a exclusão social, a violência, a incapacidade de aceitar o diferente. Tem relação com a liberdade e valores do espírito e com as condições materiais de subsistência da pessoa (BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: Barroso, Luís Roberto (org.). **A Nova Interpretação Constitucional**: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 38).

No dia 07 de abril de 2011, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº. 4.208/2001⁵, posteriormente transformado na Lei 12.403, com data de vigência de 04 de julho de 2011, alterando dispositivos do Código de Processo Penal relativos às medidas cautelares de natureza pessoal, à questão da prisão e da liberdade provisória, com ou sem fiança. O objetivo foi à superação das distorções produzidas no Código de Processo Penal com as reformas que, rompendo com a estrutura originária, desfiguraram o sistema. Para Lima:

[...] a principal novidade trazida fica por conta da criação de medidas cautelares de natureza pessoal distintas da prisão, refletindo tendência mundial consolidada pelas diretrizes fixadas nas Regras das Nações Unidas sobre medidas não privativas de liberdade, as conhecidas Regras de Tóquio, de 1990. Essa declaração refletiu a percepção de que as medidas cautelares, notadamente as de natureza pessoal, por privarem o acusado de um de seus bens mais preciosos – a liberdade –, quando ainda não há decisão definitiva sobre sua responsabilidade penal, devem possuir um caráter de última *ratio*, sendo utilizadas tão somente quando não for possível a adoção de outra medida cautelar menos gravosa, porém de igual eficácia. Além do menor custo pessoal e familiar dessas medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão, o Estado também é beneficiado com a sua adoção, porquanto poupa vultosos recursos humanos e materiais, indispensáveis à manutenção de alguém no cárcere, além de diminuir os riscos e malefícios inerentes a qualquer encarceramento, tais como a transmissão de doenças infectocontagiosas, estigmatização, criminalização do preso etc. (2011, p. 1126, grifo nosso).

Outro destaque, a partir da lei em estudo, é o do instituto da fiança, que passa, com as alterações no Código de Processo Penal, a um novo tratamento e nova configuração. Para Lima, as disposições pretendem proceder ao ajuste do sistema às exigências constitucionais atinentes à prisão e à liberdade provisória, e colocá-lo em consonância com modernas legislações estrangeiras (2011, p. 1124-1125).

Este processo, no entanto, levou anos para ser construído. Ainda que a reforma completa do Código de Processo Penal não tenha acontecido nesse espaço de tempo, muitas das inovações positivas do projeto de lei nº. 4.208 foram se perdendo durante o

⁵ Para Lima, “[...] as principais alterações visadas originalmente pelo Projeto de Lei nº 4.208/2001 eram: a) o tratamento sistemático e estruturado das medidas cautelares e da liberdade provisória; b) o aumento do rol das medidas cautelares de natureza pessoal, anteriormente centradas essencialmente na prisão preventiva e na liberdade provisória sem fiança do art. 310, parágrafo único, do CPP; c) manutenção da prisão preventiva, de forma genérica, para a garantia da instrução do processo e para a execução da pena e, de maneira especial, para acusados que possam vir a praticar infrações penais relativas ao crime organizado, à probidade administrativa ou à ordem econômica ou financeira consideradas graves, ou mediante violência ou grave ameaça à pessoa; d) impossibilidade de imposição de prisão que não seja de natureza cautelar antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória; e) valorização da fiança: houve ampliação da possibilidade de a autoridade policial concedê-la, alargamento das suas hipóteses de incidência, observadas as proibições constitucionais na matéria, atualização dos seus valores e a adequação da disciplina do seu quebramento” (LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Niterói: Impetus, 2011).

conturbado processo legislativo, que, mais tarde, originou a Lei 12.403/2011. Chama-se atenção ao fato de que, muitas vezes, os interesses políticos não estão em sintonia com o nível de evolução dogmática que o Direito Processual Penal alcançou. Apesar destas lacunas, o novo regime jurídico das medidas cautelares beneficiou o suspeito e, para Lopes Júnior:

[...] rompe com o binário reducionista de prisão cautelar ou liberdade provisória, para oferecer ao juiz um rol de medidas alternativas à prisão preventiva; a revitalização do instituto da fiança, completamente esquecido e sem aplicabilidade até então (2011, p. 3)

A mera leitura da nova lei permite constatar os avanços em inúmeras questões que dizem respeito às cautelares no processo penal, mas é inegável afirmar que o instituto da fiança foi alterado substancialmente: de mera medida de contracautela, a fiança passa a ser uma medida cautelar de natureza pessoal autônoma, estabelecida por decisão judicial nos ilícitos penais que a admitem, para, conforme o artigo 319, inciso VIII do CPP, assegurar o comparecimento do indiciado aos atos processuais, quando haja resistência injustificada à ordem judicial, e para não permitir a obstrução do andamento processual.

Estas circunstâncias específicas e pontuais demonstram que medidas cautelares, no processo penal, merecem especial atenção, e a natureza pessoal das medidas exigem cuidados e apreciação diferenciada pelo julgador⁶. Dessa forma, avanços foram conquistados especialmente quando a Lei 12.403 for interpretada, de forma efetiva, à luz da Constituição Federal. Nesse ponto, destaca-se que o:

[...] que se deseja (va) é (ra) um CPP inteiramente novo, elaborado pós-constituição de 1988 e com uma matriz acusatória claramente definida. Mas o sistema carcerário brasileiro está em colapso, e no ano de 2011 superamos a marca dos 500 mil presos, sendo que, destes, quase 200 mil são presos cautelares. Esse é o estado de emergência que pressionou mais essa reforma pontual (LOPES JUNIOR, 2011, p. 2).

A entrada em vigor de uma alteração legislativa, por si só, produz efeito no mundo jurídico, quando válida e eficaz. Contudo, é fundamental estar atento ao compromisso e

⁶ Para Lopez Junior, [...] de nada servirá uma mudança legislativa dessa magnitude se não houver o principal: o rompimento da cultura inquisitorial-encarcerizadora dominante. Se não houver uma mudança na mentalidade dos atores judiciários, não haverá qualquer evolução democrática, e mudaremos tudo para que a situação continue como sempre esteve (LOPES JUNIOR, Aury. **O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas**: Lei 13.403/2011. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 4).

a postura dos atores jurídicos nestas questões. Por certo, são os operadores que realizam e movem o Judiciário, e por este motivo, os ranços inquisitoriais devem ser rompidos. Caso contrário, se a cultura inquisitorial-encarcerizadora continuar a vigorar no pensamento das partes processuais e da sociedade como um todo e os avanços em torno da Dignidade da pessoa humana e sua efetivação serão mais difíceis de serem conquistados.

Entende-se que, tanto o processo penal quanto os atores jurídicos, estão em constante transformação, conforme os fatos da vida. Contudo, o que se pretende, é chamar a atenção para a necessidade de interferências positivas nas questões processuais penais. Estas interferências devem ter como princípios norteadores a imparcialidade e a Dignidade da pessoa humana, em detrimento de posicionamentos e opiniões preconceituosas. Isso se justifica à medida que as cautelares de natureza processual penal buscam garantir o desenvolvimento do processo, com todas as suas garantias, em busca da verdade real. São, para Lopes Junior, medidas destinadas à tutela do processo, e não a parte indiciada (2011, p. 13). Nesse sentido:

[...] as medidas cautelares (pessoais ou primordiais) implicam severas restrições na esfera dos direitos fundamentais do imputado, exigem estrita observância do princípio da legalidade e da tipicidade do ato processual por consequência. Não há a menor possibilidade de tolerar-se restrição de direitos fundamentais a partir de analogias, menos ainda com o processo civil, como é a construção dos tais “poderes gerais de cautela” (LOPES JUNIOR, 2011, p. 17).

Ressalta-se que as medidas cautelares estão inseridas na dinâmica da urgência⁷ e desempenham um relevante efeito “calmante” da opinião pública, pela ilusão de justiça instantânea. O simbolismo existente quando se decreta uma prisão imediata, acaba sendo utilizado para construir uma (falsa) noção de ordem⁸ e de “eficiência” do aparelho

⁷ [...] apesar de não ser possível se admitir a existência de um processo penal cautelar autônomo, certo é que, no âmbito processual penal, a tutela jurisdicional cautelar é exercida através de uma série de medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal e na legislação especial, para instrumentalizar, quando necessário, o exercício da jurisdição. Afinal, em sede processual penal, é extremamente comum a ocorrência de situações em que essas providências urgentes se tornam imperiosas, seja para assegurar a correta apuração do fato delituoso, a futura e possível execução da sanção, a proteção da própria coletividade, ameaçada pelo risco de reiteração da conduta delituosa, ou, ainda, o ressarcimento do dano causado pelo delito (LOPES JUNIOR, Aury. **O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas**: Lei 13.403/2011. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 1129-1130).

⁸ Importante ressaltar que ordem processual não é o mesmo que ordem pública. A fundamentação de prisão cautelar com base nesta última constitui ilegalidade. O magistrado não pode decidir conforme o clamor social, opinião pública, oportunismo midiático, dentro outros. Há claramente uma necessidade de resposta

repressor estatal e da própria justiça. Em razão disso, o que foi concebido para ser utilizado em casos específicos e excepcionais, torna-se um instrumento de uso comum e ordinário, desvirtuando completamente o sentido dos institutos penais. Nessa teratológica alquimia, sepulta-se a legitimidade das prisões cautelares (LOPES JUNIOR, 2011, p. 31). Contudo, com o advento da lei, a legitimidade das prisões cautelares e medidas diversas encontra-se, formalmente, resgatada.

A ampliação do leque de medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão cautelar, trazidas pela lei, proporciona ao juiz a escolha da providência mais ajustada ao caso concreto. Em determinadas situações, a adoção de tais medidas pode, inclusive, evitar a decretação da prisão preventiva, porque nelas o juiz poderá encontrar resposta suficiente para tutelar à eficácia do processo, sem necessidade de adoção de medida extrema do cárcere *ad custodiam* (LIMA, 2011, p. 1136).

No passado, porém, o magistrado encontrava-se em situação delicada: para assegurar a ordem processual e a aplicação da lei penal, deveria expedir mandado de prisão preventiva⁹. Não havia medidas cautelares pessoais diversas da prisão para assegurar a ordem processual. Sem alternativas, o juiz, antes de 2011, determinava cautelares inominadas, que eram objetos de protestos por parte da defesa. Estas, versavam sobre a proibição de ausentar-se da comarca, retenção de passaporte e outras medidas, sem base legal para tal decisão. As determinações jurisdicionais eram alvos de polêmica e de recursos processuais bem fundamentados, com consequências ao processo, que se tornava moroso e não atendia ao princípio da celeridade¹⁰.

frente ao cometimento de crimes, porém é imperioso salvaguardar os direitos fundamentais do suspeito, garantidos pela Constituição Federal.

⁹ Sobre o tema, cabe destacar o seguinte julgado: “CRIMINAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ACUSADOS QUE FAZEM PARTE DE GANGUE. EVIDÊNCIAS. AMEAÇAS ÀS TESTEMUNHAS. ORDEM DENEGADA. I. A prisão preventiva é medida excepcional e deve ser decretada apenas quando devidamente amparada pelos requisitos legais, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência ou da não culpabilidade, sob pena de antecipar a reprimenda a ser cumprida quando da condenação. II. In casu, extrai-se dos autos que os acusados pertencem a perigosa gangue que estaria agindo no local dos fatos ocorridos, existindo também evidências de que estariam ameaçando testemunhas e familiares da vítima, hipóteses que, por si sós, são suficientes para justificar a decretação da prisão preventiva, de modo a assegurar a conveniência da instrução criminal e a garantia da ordem pública. III. Ameaças às testemunhas na apuração do delito é fundamento idôneo para a prisão preventiva. Precedentes. IV. Ordem denegada, nos termos do voto do Relator (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC. 234944, da Quinta Turma. Relator Ministro Gilson Dipp, publicado em 30-04-2012. Jurisprudência do STJ).

¹⁰ Amaral adverte: [...] atropelar o tempo tornando-o mais célere é tolher os direitos de defesa, da mesma forma que procrastiná-lo demasiadamente também representa sofrimento desnecessário como forma de punição do réu (AMARAL, Augusto Jobim do. **Violência e Processo Penal**: crítica transdisciplinar sobre a limitação do poder punitivo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 141-142).

Com advento da lei, o magistrado agora possui alternativas plausíveis para o sujeito, que vão de encontro as suas características e seu estado pessoal. Assim, por exemplo, a análise do juiz recai também sobre a pessoa do suspeito, seus antecedentes e seu comportamento perante o processo e a sociedade.

Melhor do que a eficiência decretação da prisão cautelar com base nos ânimos acirrados da população, e com a finalidade de dar respostas a estes anseios, é o célere andamento processual e a prolação da sentença, pois "somente a decisão judicial prolatada em um processo pode determinar a culpabilidade e a sanção penal" (SANGUINE, 2003, p. 114-115).

Ou seja, a definitividade da decisão só é possível por sentença, e não por mera prisão cautelar. É inadmissível que juiz possa, ainda nos dias de hoje, estar contaminado pela especulação da mídia, pela pressão da sociedade ou pela opinião de terceiros. Os meios de comunicação e os formadores de opinião no contexto social não devem interferir em processos penais. Espera-se que o magistrado, atento ao caráter retributivo da pena (que vai ser definida, na sentença ao final do processo) e as mazelas do cárcere, prolate suas decisões e conduza o processo de forma imparcialidade, alheio, por completo, à satisfação momentânea da população. Ademais, "apenas rotular determinado sujeito e lhe impor uma pena, que sequer definitiva é, em nada ajuda a controlar a paz no Estado, tão pouco a reeducar o imputado" (BARATTA, 2002).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, houve um avanço considerável em relação aos direitos e garantias fundamentais, que passaram a contemplar os cidadãos com direitos individuais, civis, políticos e sociais, à luz do princípio da Dignidade da pessoa humana.

Respeitar a Dignidade da pessoa humana é dever de todos e função do Estado. Além disso, houve proibição expressa de penas cruéis, degradantes e/ou perpétuas¹¹, em prol do respeito ao direito dos condenados, garantindo sua integridade física e moral. Apesar dos direitos serem garantidos pela Constituição, vive-se hoje um déficit de

¹¹ Em relação à estas, cabe ressaltar que todos são dotados de Dignidade. Para Sarlet, "a dignidade humana constitui-se em qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos" (SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Fundamentais Sociais na Ordem Constitucional Brasileira. In: **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**. Em Busca dos Direitos Perdidos. Uma discussão à luz do Estado Democrático de Direito. Porto Alegre: Instituto de Hermenêutica Jurídica. n. 1, 2005.p. 49).

prestações por parte do Estado, que apesar de reconhecer os direitos das pessoas, está em crise e não é capaz de atender o que dispõe a diretriz constitucional.

No tocante ao sistema penal, como instrumento de controle e manutenção de ordem, chama-se atenção à necessidade de salvaguardar os suspeitos ou apenados, ou seja, cidadão e titular de direitos e deveres. O réu, por sua condição no processo penal, está passível de perder não somente sua liberdade, mas, as consequências de sua condenação perpetuarão por toda vida: apesar da passagem do tempo, o estigma social o acompanhará.

A segregação, a exclusão, o preconceito, a rotulação, a adaptação difícil no período que sucede a privação da liberdade e muitos outros fatores contribuem para os altos índices de reincidência no Brasil, ou seja, a ressocialização é uma finalidade – da pena - ainda não alcançada. Indaga-se: como tutelar a Dignidade da pessoa humana nesse contexto? A população carcerária enfrenta problemas graves, que extrapolam o tolerável e passam a figurar como condição de afronta ao princípio da Dignidade. A prisão piora o estado da pessoa e não se vislumbra uma ressocialização. A dinâmica do sistema prisional é do depósito de pessoas, como se fossem coisas, sem possibilidade de ressocialização, sem condições de saúde, estrutura e integração social.

As medidas cautelares diversas da prisão são alternativas para que seja possível desafogar o sistema falido. Os presos estão submetidos a uma rotina tormentosa, estão carentes de estrutura, oprimidos e amedrontados. O grau de dificuldade da ressocialização nestes termos é muito alto. Para Azevedo:

[...] o sistema prisional é um espetáculo de horrores, que não choca a opinião pública e não comove os governantes, porque exatamente isso o que se espera dele: a expiação da culpa, o sofrimento, a punição do corpo e da alma dos depositários das nossas mazelas sociais. (AZEVEDO, 2006, p. 35)

Quando se trata de Direito Penal, é preciso lembrar da premissa que o considera como última *ratio* na resolução de conflitos. Por esta razão, não cabe ao Direito Penal solucionar os problemas de toda ordem social, ou seja, os instrumentos de punição, controle e repressão não são a solução para as mazelas da complexidade social dos dias de hoje. Nesse sentido, Salo de Carvalho sustenta:

O interesse público de resguardar os direitos das pessoas passa, inexoravelmente, pela opção de não submeter cidadãos à experiência degradante do processo ou da pena sem o rigoroso respeito das regras do jogo. É fundamental que todos, sociedade, poderes públicos e operadores do direito se conscientizem acerca da necessidade de se

minimizar os danos do sistema punitivo, neutralizando ao máximo o poder de deterioração do cárcere e a conseqüente vulnerabilidade do indivíduo submetido ao sistema executivo. (CARVALHO, 2001, p. 192-193)

Em um Estado Democrático de Direito, como o Brasil, não há mais espaço para retrocessos: os valores humanitários são a base do nosso ordenamento¹². Por esta razão, as reformas processuais são uma necessidade e transformar o sistema penal degradante em um sistema eficaz e humano, que vise o bom estar do apenado e também a ressocialização.

O Código de Processo Penal está em sintonia com a Constituição, pois segue o padrão de garantias de direitos fundamentais para aplicação do Direito Penal. As diretrizes da nossa Lei Maior causam reflexos em todo o ordenamento jurídico. Cabe ao Estado punir os transgressores, exercendo o controle social de forma justa, sem excessos, sem prejulgamentos que emanam dos meios de comunicação e sem segregação social. Nada deve servir de justificativa para excessos de poder e supressão de direitos. Quando se fala em dignidade da pessoa humana do preso, não estamos diante de uma norma específica, mas pelo sujeito encontrar-se em uma situação de fragilidade, esse princípio comumente é utilizado, e, ao nosso ver, de forma muito adequada.

A Lei 12.403/11 traz a possibilidade do indiciado cumprir medida cautelar de forma diversa do recolhimento a estabelecimento prisional. É na nova redação do artigo 319 do CPP que vemos a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana: há uma louvável sintonia entre este e o artigo 5º da Constituição Federal. Sabemos que muitas são as mazelas imputadas pela prisão àquele que fica recolhido a estabelecimento penal, sem mesmo ter sido condenado com sentença transitada em julgado. O acusado acaba desmoralizado perante a sociedade, a sua família e o seu trabalho. Muitos não retornam ao emprego e sofrem o estigma (abordaremos o tema mais adiante) de já terem estado na prisão, ainda que não haja condenação. Essas conseqüências são desastrosas para a vida do acusado.

¹² Salo de Carvalho adverte que “historicamente as normas de direito e de processo penal não estiveram em plena harmonia com as constituições democráticas, pode-se afirmar que os direitos humanos jamais figuraram instrumento de referência à ciência penal” (CARVALHO, Salo de. **Penas e Garantias**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.p. 70)

Esse pensamento é tão forte e merece tanta atenção, que o celebre autor Luigi Ferrajoli ressalta que o imputado com medida prisional decretada “deveria ao menos ter o direito de cumpri-la (prisão cautelar/preventiva) em institutos dotados de todas as comodidades de um bom albergue” (FERRAJOLI, 2006. p. 717). Até porque, o sistema jurídico não é rápido e a relação existente entre tempo e processo é delicada. O julgamento do feito pode ser mais ou menos demorado, conforme o número de réus, testemunhas, rito, número de auxiliares da justiça atuantes, etc. Além disso, pela lógica, processos penais mais complexos vão demorar mais, e causas menos complexas vão ser julgadas mais rapidamente.

Diante de tudo isso, defendemos a pertinência do cumprimento da medida cautelar imposta fundamentadamente pelo juiz de forma diversa ao encarceramento. Permitir que o acusado se recolha a sua casa no período noturno e nos dias de folga, desde que tenha residência e emprego fixos, é radicalmente menos gravoso do que submetê-lo ao cárcere. A ele se garante o direito de conviver com seus familiares, de acompanhar o andamento do processo, de dar seguimento a sua vida e ao seu trabalho, sem interrupções, sem ser julgado, previamente, pela sociedade, para, ao final, sim, se comprovada sua culpabilidade, cumprir sua pena e arcar com as consequências do seu ato.

As medidas cautelares diversas da prisão estão elencadas no artigo 319 do CPP. Vejamos:

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;

IX - monitoração eletrônica.

Estas alternativas são objeto de apreciação judicial no momento em que o juiz se depara com a necessidade ou com a possibilidade privar a liberdade do cidadão, conforme os requisitos legais.

Se conveniente for, deve converter a decretação da prisão cautelar em uma ou mais medidas alternativas, conforme artigo acima mencionado.

2 O PAPEL DO MAGISTRADO NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES

Outro ponto importante a se destacar é que, ao verificar a situação do agente, o magistrado deve analisar com calma qual é a acusação sofrida, o inquérito policial, as circunstâncias gerais do processo, e com isso aplicar o princípio da proporcionalidade, onde será novamente garantida a aplicação de um de seus direitos fundamentais. Segundo Pazeto (2017):

[...] No processo penal cautelar, a observância destes requisitos é obrigatória para que haja a devida compatibilização do interesse do acusado em se ver livre e, do outro lado, o interesse do Estado na segurança da sociedade, sem ultrapassar o limite do necessário à lesão do direito individual da liberdade, regra em nosso ordenamento. A proporcionalidade não deve ser buscada tão somente com base na pena cominada ao delito, mas considerando a pena que provavelmente será aplicada, com base em uma cognição sumária. [...] ¹³

Caso haja indícios de descumprimento de qualquer uma das medidas cautelares diversa da prisão, imposta pelo magistrado, seguindo a literalidade do artigo 319 do Código de Processo Penal, será caso de substituição, cumulação ou revogação da medida. As medidas cautelares diversas da prisão são medidas que tem o condão de proteger a ordem processual e o acusado.

Enfatizamos, aqui, que entre as características das medidas cautelares estão a provisoriedade, a substituidade e a excepcionalidade. Por certo, então, que monitorar o

¹³ PAZETO, Lucas. **Medidas Cautelares Alternativas à Prisão e a Excepcionalidade da Prisão Preventiva**. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20270/1/MedidasCautelaresAlternativas.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

acusado é mais benéfico do que encarcerá-lo, pois, além de ter sua dignidade resguarda, ele poderá conviver com a família, continuar trabalhando, sem engrossar o contingente populacional das prisões, que já é extremamente saturado.

As medidas cautelares são fundamentadas na necessidade, como meio imprescindível para a persecução penal, à proteção de provas e testemunhas e à garantia para aplicação da lei. Tem, por finalidade, evitar a decretação da privação da liberdade do imputado. Caso seja decretada, há necessidade de uma justificação plausível pelo magistrado.

Entretanto, elas não podem extrapolar as noções do justo, do proporcional e do razoável, devendo, inclusive, sopesar a condição do indiciado e a sua dignidade, porque no Estado Democrático de Direito, a lei deve servir de garantia ao cidadão contra arbítrios na execução do Direito Penal. Por esta razão, o magistrado tem o dever da fundamentação das suas decisões, ou seja, explicar os motivos que o levaram a decidir pelo encarceramento do acusado, sob pena de nulidade da decisão, em qualquer fase do processo¹⁴. Para Lima:

Daí a importância da tutela cautelar no processo penal, a qual é prestada independentemente do exercício de uma ação dessa natureza, que daria origem a um processo cautelar com base procedimental própria, mas sim através de medidas cautelares que podem ser concedidas durante toda a persecução penal, seja na fase investigatória, seja no curso do processo (LIMA, 2011, p. 1130).

As medidas cautelares devem adequar-se à gravidade e às circunstâncias do crime, sendo aplicadas à luz do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. Dessa forma, a prisão do indiciado fica como última alternativa a ser adotada pelo juiz, já que este tem um papel fundamental ao valorar o caso concreto¹⁵. Cabe ao magistrado encontrar um

¹⁴ Insiste-se: “as medidas devem sempre ser aplicadas visando [a] evitar a decretação da prisão, seja ela temporária ou preventiva. Não obstante, se quaisquer das medidas não se revelarem, em abstrato, útil (juízo de adequação/necessidade) para a finalidade a que se destina, poderá a prisão ser decretada imediatamente, seja na fase do inquérito ou durante o próprio curso processual” (BONFIM, Edilson Mougnot. **Reforma do código de processo penal**: comentários a Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011 – prisão preventiva, medidas cautelares, liberdade provisória e fiança. São Paulo: Saraiva, 2011.p. 33).

¹⁵ Para Lopes Junior, “[...] o juiz deve sempre atentar para a relação existente entre eventual sanção cominada ao crime em tese praticado, e àquela imposta em sede de medida cautelar, para impedir que o imputado seja submetido a uma medida cautelar que se revele mais gravosa do que a sanção porventura aplicada ao final. É inadmissível submeter alguém a uma prisão cautelar quando a sanção penal aplicada não se constitui em pena privativa de liberdade” (LOPES JUNIOR, Aury. **O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas**: Lei 13.403/2011. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 33).

ponto de equilíbrio entre o processo penal e a finalidade pretendida, ou seja, evita-se a antecipação de uma futura pena ou possíveis prejuízos. Sobre o tema, destaca-se:

Por não constituir antecipação de pena, uma vez que inexistente trânsito em julgado de condenação, toda e qualquer prisão cautelar exige a presença dos seguintes requisitos: indícios suficientes de autoria ou participação - o *fumus boni iuris*; e existência de risco social ou processual - *periculum in liberatis*, que nada mais é do que a cautelaridade (BONFIM, 2011, p. 112, grifo nosso).

Bonfim nos traz uma consideração importante a respeito do artigo 319. Segundo ele, “pode ser que, no ‘balanço final de valores’ (sintonia fina), se entenda ser demasiada a medida para o quanto ela se proponha a preservar, tendo em vista ‘a gravidade do crime, as circunstâncias do fato e a personalidade do agente’” (2011, p. 31).

Por isso, nunca é demais atentar para o fato de que é papel do juiz aplicar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade no caso concreto, evitando, assim, discrepâncias na aplicação da lei penal. Ora, se a lei veio a ser modificada justamente para beneficiar o réu e dar alternativas ao julgador no tocante às medidas cautelares de natureza pessoal (especialmente no que concerne ao instituto da prisão), é imprescindível que se levem em consideração a gravidade do crime, as circunstâncias do fato e a personalidade do agente.

O artigo 282 do Código de Processo Penal é o vetor principal da aplicação de toda e qualquer medida cautelar, inclusive a prisão preventiva. O artigo funciona como uma cláusula geral dos procedimentos cautelares. Adiante, o *caput* do artigo 283 do Código de Processo Penal é claro: a competência para decretar a prisão por ordem escrita e motivada é apenas da autoridade judiciária.

Para deliberar pela aplicação de uma medida cautelar, seja ela do rol do artigo 319 (mencionado anteriormente na íntegra) ou mesmo uma prisão provisória, deverá sempre o Juiz levar em conta os critérios da necessidade e da adequação previstos no artigo 282, incisos I e II, bem como a gravidade e as circunstâncias do crime. O §1º do artigo 282 estabelece que as medidas cautelares poderão ser decretadas isolada ou cumulativamente, cabendo a prisão derradeira, como *ultima ratio*. O §3º do mesmo dispositivo legal determina que, sempre que possível, o sujeito passivo da medida cautelar deve ser notificado antes que ela seja decretada. Assim, resta caracterizado o contraditório, mesmo durante a investigação, na fase inquérito policial.

Diante do leque de alternativas conferidas ao magistrado, após a reforma do Código de Processo Penal, uma dúvida pode ser recorrente: quando deve ser decretada a prisão preventiva? Será caso de decretar a prisão preventiva do acusado quando não restar outra alternativa ao juiz, senão a segregação do sujeito, após esgotar todas as circunstâncias de manutenção da liberdade. Já mencionamos anteriormente o cuidado e zelo que deve ter o magistrado ao decretar a privação da liberdade do sujeito, com fim de garantir a persecução penal, caso a prisão “se mostrar a única maneira de satisfazer tal necessidade” (OLIVEIRA, 2010. p. 524). Porém, as novas medidas cautelares diversas de prisão, reunidas no artigo 319 do Código de Processo Penal, são, muitas vezes, suficientes para garantir a persecução penal e o direito de punir do Estado. O juiz

Em suma, diante da polimorfologia do sistema cautelar e das diversas medidas alternativas previstas no art. 319, deverá o juiz agir com muita moderação, lançando mão de medidas cautelares isoladas ou cumulativas e reservando a prisão preventiva como (verdadeira) última ferramenta do sistema (LOPES JUNIOR, 2011, p. 34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 12.403/2011 é reforma processual de extrema relevância no processo penal. O artigo 319 possui 10 incisos, todos merecedores de estudo e de considerações. Não obstante, neste artigo, o enfoque esteve na complexidade e no dinamismo do tema, que influencia diretamente o Judiciário, em todo o Brasil. Afinal, são milhares e milhares de processos criminais empilhados nas comarcas do país, à espera de provimento jurisdicional, e muitas vezes, como atos judiciais *ab initio*, as medidas cautelares são utilizadas para resguardar direitos, assegurar a aplicação da lei, garantir a instrução probatória, proteger testemunhas e o próprio acusado, etc.

A reforma do Código de Processo Penal, trazida pela Lei 12.403/11 é garantidora dos direitos fundamentais e possui enfoque constitucional no princípio da dignidade da pessoa humana. De fato, o Estado agrega valores quando possibilita que, através de decisão judicial devidamente fundamentada, o sujeito cumpra medida cautelar diversa de prisão. É razoável e justo que o sujeito possa ser destinatário da decisão judicial dessa natureza, de forma a não onerar o Estado.

Os benefícios desta reforma processual são consideráveis: garante a continuidade da relação de trabalho do preso empregado, garante o convívio no seio da família e da

sociedade e garante que o sujeito destinatário da medida cautelar não sofra prejuízos de ordem psicológica, moral, econômica, social, familiar.

Além disso, mantém sua integridade em todos os sentidos, se, restar comprovada a inocência do sujeito ao final do trâmite legal. Não responderá o Estado pelos danos sofridos, pois o estado de inocência do sujeito é mantido sem que haja submissão às mazelas do cárcere, ao estigma da condenação antecipada do investigado, a situação degradante dos presos nos estabelecimentos prisionais, etc.

Ainda assim, apesar dos avanços legislativos no sentido de conceder benefícios ao acusado, é imperioso ressaltar a importância de uma mudança de comportamento dos operadores do direito. É preciso trocar as lentes: flexibilizar conceitos e opiniões pré formadas em detrimentos do pensamento inquisitorial-encarceirizador, herança de outras Constituições. Não podemos fechar os olhos para o que cada operador traz consigo em seu foro íntimo, resultado das experiências positivas e negativas da vida. Mas a interferência no processo deve ser sutil e sempre benéfica ao acusado, que não pode sofrer os desmandos de uma consciência mais ou menos pesada.

Da mesma forma, sempre se espera do magistrado, que atue no sentido da imparcialidade, pois é investido para tal função. A concessão de benefícios ao acusado dependerá muito da visão de vida do julgador, e deverá fazê-la conforme o princípio da dignidade da pessoa humana.

É tão imperiosa e de suma importância concluirmos que as decisões fundadas com o advento da reforma deverão sim levar em conta a pessoa do acusado e sua dignidade. Ora, falamos aqui do cerne, do coração pulsante da nossa Constituição Federal. A dignidade da pessoa humana deve ser levada em conta em todo o processo, tanto no caminho, quanto nos pedidos e nas decisões. O sentido da Reforma do Código de Processo Penal, que foi abordada neste Trabalho de Conclusão de Curso é justamente exaltar ao máximo esse princípio, justamente pela importância que assume no nosso ordenamento jurídico.

Podemos afirmar que as medidas cautelares funcionam como alternativa à privação da liberdade, capaz de garantir os princípios constitucionais na vida do cidadão, incluindo aí a dignidade da pessoa humana.

Entretanto, exigem do Estado ações positivas, no sentido de fiscalizar, dar condições para as medidas serem efetivadas, a exemplo da aparelhagem necessária para o monitoramento eletrônico. Porém, não é só isso. Além das condições materiais para a efetivação dos benefícios da Lei, tanto para o sistema quanto para o acusado, faz

necessária a mudança de pensamento abordada durante nossa pesquisa. Sem um novo olhar, as medidas restarão ineficazes e a reforma sem sentido. Certamente, essa mudança de comportamento já está acontecendo, mas muito ainda há por fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Augusto Jobim do. **Violência e Processo Penal**: crítica transdisciplinar sobre a limitação do poder punitivo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringuelli de. Visões da Sociedade Punitiva: elementos para uma sociologia do controle penal. In: Gauer, Ruth Maria Chittó. **Sistema Penal e Violência**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: Barroso, Luís Roberto (org.). **A Nova Interpretação Constitucional**: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Reforma do código de processo penal**: comentários a Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011 – prisão preventiva, medidas cautelares, liberdade provisória e fiança. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689 Compilado . htm>. Acesso em: 12 out. 2012.

CARVALHO, Salo de. **Penas e Garantias**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

CARVALHO, Salo de. **Penas e Garantias**: uma Leitura do Garantismo de Luigi Ferrajoli no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. **Lei 12.403, de 04 de maio de 2011**. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. 2.ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2006.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Niterói: Impetus, 2011. v. I.

LOPES JUNIOR, Aury. **O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas**: Lei 13.403/2011. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MARIATH, Carlos Roberto. **Monitoramento eletrônico**: liberdade vigiada. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em 17 de jun. 2017.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 13.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PAZETO, Lucas. Medidas Cautelares Alternativas à Prisão e a Excepcionalidade da Prisão Preventiva. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20270/1/MedidasCautelaresAlternativas.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SANGUINÉ, Odone. A Inconstitucionalidade do Clamor Público como Fundamento da Prisão Preventiva. **Revista de Estudos Criminais**. N. 10.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. Na Constituição Federal de 1988. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Fundamentais Sociais na Ordem Constitucional Brasileira. In: **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**. Em Busca dos Direitos Perdidos. Uma discussão à luz do Estado Democrático de Direito. Porto Alegre: Instituto de Hermenêutica Jurídica. n. 1, 2005.

SCHROEDER, Simone. Regressão de Regime: Uma Releitura Frente aos Princípios Constitucionais. Abordagem Crítica. In: Carvalho, Salo de (org.). **Crítica à Execução Penal. Doutrina Jurisprudência e Projetos Legislativos**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2002.

WIDAL, MARCIO. **O sigilo do inquérito policial e a investigação midiática**. Disponível em: <http://marciowidal.wordpress.com/2013/05/11/o-sigilo-do-inquerito-policial-e-a-investigacao-midiatica/>. Acesso em 17 de jun. de 2017.